



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Trabalho, alienação em Marx e questão social			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Ana Cristina Oliveira de Oliveira	Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Professor Assistente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O trabalho, “necessidade eterna do homem”, é, no capitalismo, trabalho assalariado, elemento do processo de acumulação engendrada por conflitos mascarados sob a divisão de classes na exploração do trabalho vivo. Contemporaneamente, sob a égide do capital financeiro generalizam-se as relações mercantis para a vida social e radicalizam-se as expressões da questão social. Nesta perspectiva, o artigo discute o trabalho com uma contradição: ao mesmo tempo em que o trabalho constrói o homem, ele também o destrói a medida que a reestruturação produtiva do capital tende a aniquilar as relações sociais que aparecem como coisas. Pretende-se evidenciar que a questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade e a pobreza como uma lei estrutural do processo de acumulação capitalista. Num contexto de restrição dos direitos sociais e do ocultamento do conflito de classes sociais, buscaremos, também, analisar o redimensionamento do Estado burguês em face da “questão social” que simultaneamente corta (intervindo através de políticas sociais) e recupera (debitando a continuidade das suas seqüelas aos indivíduos por elas afetados) o ideário liberal. Convergindo as refrações da “questão social” em problemas sociais (privados) com tendência a psicologizar os problemas sociais, a vida social supõe-se intenções reformistas configuradas no pensamento conservador positivista com características de naturalização da sociedade. Isto é, a essência é o controle social – a coersão social numa forma de representação da sociedade burguesa no estágio imperialista.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
trabalho, alienação e questão social			
ABSTRACT			
<p>The work, "eternal necessity of man," is, under capitalism, wage labor, element of the accumulation process engendered by conflicts masked under the division of classes in the exploitation of living labor. Contemporaneously, under the aegis of financial capital are widespread, market relations to social life and radicalize the expressions of the social question. In this perspective, the article discusses working with a contradiction: while the building work man, it also destroys the measure that the productive restructuring of capital tends to destroy the social relations that appear as things. It is intended to show that the social question is inseparable from the organizational form of capitalist society, which promotes the development of productive forces of social work and, in contrast, expands and deepens the relations of inequality and poverty as a structural law of the accumulation process capitalist. In a context of restriction of social rights and the concealment of the conflict of social classes, also seeks to analyze the scaling of the bourgeois state in the face of the "social question" that simultaneously cuts (through intervening social policies) and recovers (debiting the continuity of its consequences to individuals affected by them) the liberal ideals. Converging the refractions of the "social issues" in social problems (private) with a tendency to psychologizing social problems, social life is supposed to set reformist intentions in thinking conservative with characteristics of positivist naturalization of society. That is, the essence is social control - social coercion in the form of representation of civil society in the imperialist stage.</p>			
KEYWORDS			
work, alienation and social issues			

1. Introdução

Na tentativa de compreender a sociabilidade do capital buscaremos dar visibilidade ao processo de acumulação do capital e a dimensão da centralidade do trabalho num contexto de restrição dos direitos sociais e do ocultamento do conflito de classes sociais. Cabe esclarecer que, nesta fase preliminar, incitaremos alguns apontamentos sobre a força viva do trabalho e o processo de criatividade e alienação do trabalho para percebermos o legado do capital social na sociedade de classes e a relação com a questão social.

A obra de Marx apresenta uma forma de compreensão singular sobre a complexidade e as contradições das relações sociais no modo de produção capitalista, como um método analítico do movimento histórico da realidade.

Nestes termos, a autora Miriam Limoeiro (1990) nos atenta para a compreensão da dialética materialista nas suas inquietações, na sua capacidade explicativa e nas suas restrições para operar a realidade e produzir conhecimento sobre ela. Conduz-nos para a essencialidade do método.

No texto da Contribuição à Crítica da Economia Política (1977b), em especial na introdução¹, Marx em contrapõe-se aos economistas clássicos que refletem sobre a produção como indivíduos isolados, denominado-os de o caçador ou o pescador isolado. A sua proposição qualifica esta perspectiva de ficção tola, de ilusão ingênua.

Para Marx a produção é social. A partir daí, entende-se que as relações que compõem a produção são fundamentalmente relações sociais.

O texto aponta para a caracterização social de toda produção e, por isso, com a inclusão necessária de relações sociais em todo esquema que pretenda tratar da produção, em qualquer nível. “O homem é, no sentido mais literal, um zoon politikon (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar”. (MARX, 1977b, p. 02).

Nesta perspectiva analítica, os indivíduos produzem em sociedade, os indivíduos não existem senão na sociedade. É próprio da condição humana ser social. O indivíduo não pré-existe à sociedade. A própria noção de indivíduo só surge num estágio muito avançado do desenvolvimento social, na sociedade burguesa e que disponibiliza condições concretas para a individualização,

¹ O título do trabalho é Produção, consumo, distribuição, troca (circulação). Marx se debruça sobre a forma pela qual o tema é tratado pelos economistas clássicos da época.

fazendo com que, emergindo dos grupos, o indivíduo possa aparecer como se fosse independente do todo a que pertence. (idem).

Historicamente, desde os primórdios a vida do homem foi uma vida em grupo. “Se o determinante da vida social é o econômico, na análise da atividade econômica fundamental está a análise fundamental da sociedade” (idem, p.01). Analisando a produção, ato básico da vida econômica, Marx demonstra que desde a origem do homem as relações sociais é condição de sua natureza humana.

O "contrato social" de Rousseau, que estabelece conexões e laços entre sujeitos independentes por natureza, tampouco se baseia em tal naturalismo. Este naturalismo não é senão a aparência, e aparência puramente estética, das grandes e pequenas robinsonadas. Na realidade, trata-se antes de uma antecipação da "sociedade civil", que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII marchava a passos de gigante para a maturidade. Nesta sociedade de livre concorrência, cada **indivíduo aparece desligado dos laços naturais**, etc., que, em épocas históricas anteriores, faziam dele parte integrante de um conglomerado humano determinado e circunscrito. (MARX, 1977b, p. 01, grifo nosso).

A relevância desta sustentação teórica-metodológica do concreto é a exigência do tratamento da sociedade como uma totalidade, como um bloco, que censura a perspectiva que pensa o indivíduo como isolado, o discurso isolado do econômico, “mostrando a relação indivíduo/sociedade como uma relação abstrata que não encontra apoio real, a não ser quando invertida” que restringe o econômico meramente ao econômico. (LIMOEIRO, 1990, p. 04).

A noção do indivíduo isolado ganha força, portanto, é na sociedade que reduz a produção e, por conseguinte estimula a concorrência. Neste contexto, as organizações sociais são atomizadas como algo eminentemente natural, pois pensam suas relações como naturais e o produto dessas relações como natural. “Assim é que o indivíduo não é concebido como criação da história, mas como dado natural (...). A criação do indivíduo é, pois, necessariamente social e histórica”. (idem, p. 5).

Marx ao enfatizar que os indivíduos vivem e produzem em sociedade capitalista revela a sua historicidade, pois a produção se dá numa determinada sociedade, num momento determinado do seu desenvolvimento, pela sua particularidade. Antes de mais nada é histórica. Miriam Limoeiro (1990) nos atenta para a dissimulação do aspecto histórico de uma dada produção, eternizando as suas relações, por trás da noção de produção geral por onde partem os economistas clássicos, aproximando a noção do “estágio do desenvolvimento social.

Nela se contém a idéia da existência de sociedades diferenciadas ao longo da história. Não só está aí presente a idéias da transformação social, mas principalmente uma concepção particular de transformação social, que implica estágios diferentes, segundo uma concepção também particular do que seja tais estágios. Ao definir os momentos diferentes como estágios, supõe-se alguma ligação

orgânica entre eles. Ao qualificá-los como diferentes, supõe-se que não sejam apenas graus maiores ou menores de uma mesma coisa. (LIMOEIRO, 1990, p.5-6).

Marx (1977b) trata a produção concreta, que se particulariza num ramo produtivo particular, como parte integrante de um corpo social dado, uma produção socialmente particular. Trata-se de uma produção socialmente particular caracterizado por um caráter social, pela produção social do homem uma vez que não o fazem individualmente.

Com esta explicativa ao esboçar este conceito Marx (1977b) realiza crítica ao conceito de produção geral dos economistas burgueses e começa a delinear um “novo conceito de sociedade, ou de forma de sociedade ou de forma de produção como todo orgânico ou corpo social. [...] Ele é um corpo social, mas que como corpo social é estágio do desenvolvimento social”. (LIMOEIRO, 1990, p. 09).

Ao desenhar o novo conceito de sociedade, Marx (1977b) desloca o sentido para a consideração da história dentro da própria organização da sociedade marcada pela contradição. Neste caso, não se restringiria ao simples ajuste do processo da vida social, política e intelectual em geral ao modo de produção da vida material.

A autora Miriam Limoeiro (1990, p. 10) acrescenta nesta idéia que a “estrutura da sociedade, base econômica sob a superestrutura – modo de produção – se apóia na relação forças produtivas/relações de produção, que é uma relação contraditória, raiz do desenvolvimento social – história”. Considera, portanto, a estruturação das sociedades em permanente transformação. Este é o seu movimento interno.

Com isto, em um único conceito Marx acaba tratando da questão crucial da história – a transformação das sociedades – e da constituição das sociedades. O elemento inovador permite pensar a sociedade como um bloco – estrutura/superestrutura -, com a estrutura, o econômico, como determinante em última instância. Miriam Limoeiro replica este conceito tratando da dimensão transformadora do bloco. Diz a autora

Bloco que tende a transformar-se, resolvendo as suas contradições, resolução que estrutura uma outra sociedade, com outra forma, constituída a partir do novo modo de produção. Que distancia enorme da produção em geral! Já não mais podem ser pensadas as condições da produção. Pode-se demonstrar que a produção tem condições diversas em cada modo de produção. Nesse plano de análise, a especificidade deixou de ser cada sociedade concreta particular para ser cada modo de produção. (LIMOEIRO, 1990, p. 10-11).

O desenvolvimento da sociedade na sua especificidade como capitalista, medieval, ou outra, agora definido pela transformação dos seus diferentes modos de produção é o que Marx vai demarcar como tarefa do método que o acompanha, “produzindo os cortes adequados – periodizando, para o que se necessita conhecê-los na sua estruturação e transformação. (idem).

A obra de Marx, portanto, ao oferecer um arcabouço teórico-metodológico sobre o movimento do capital na sua reprodução ampliada pela acumulação, isto é, pela riqueza socialmente produzida nos alimenta para analisar as reinvenções constantes do capital como o social-liberalismo ou a “Terceira Via”.

Queremos chamar a atenção para a centralidade do trabalho que permanece no desenvolvimento da sociedade, uma vez que na sua essência a classe burguesa exerce o papel mais importante na constituição das forças produtivas. São eles que decidem o que produzir e para quem produzir. Que fabricam as mercadorias.

Entretanto, nesta forma societária, as riquezas são de domínio privado e não social de uma parcela dos que a produzem. O que acontece é que o capitalismo produziu e produz muitas riquezas, mas não consegue distribuí-las de forma igualitária a todos os homens, ficando a classe trabalhadora alijada desta distribuição, pois se assim o fizesse estaria negando a sua principal característica: a acumulação crescente do capital e sua legitimidade.

Compreender a questão do trabalho, “necessidade eterna do homem”, no capitalismo é situá-lo no trabalho assalariado² como participe do processo de acumulação do capital evidenciado por uma relação capital-trabalho no mundo da produção mascarada. Impresso na sociedade burguesa, sob a divisão de classes, o capital continua explorando o trabalho vivo com mecanismos para negar a prevalência do trabalho assalariado diferenciando-se do pressuposto do trabalho historicamente situado no escravismo e no feudalismo³.

Ao analisarmos a temática trabalho deparamo-nos com um paradoxo, uma contradição: ao mesmo tempo em que o trabalho constrói o homem, ele também o destrói. O debate sobre a alienação tem relação direta com o conceito de trabalho que apresenta suas bases nas mediações dialéticas entre a sua realização e as transformações no jeito de viver e trabalhar dos coletivos sociais. (LUCENA, 2006).

² M^a Augusta Tavares e Marcos Antonio Tavares Soares (2007) reconhecem no texto “O Trabalho em Pauta” que o assalariamento continua na sua base como a expressão predominante nas relações de produção existentes nesta sociedade do trabalho.

³ Mais uma vez os autores Tavares e Soares destacam que o trabalho, como pressuposto para a existência do homem, assume diferentes formas. No escravismo, o trabalho escravo. No feudalismo, o trabalho servil. No capitalismo, o trabalho assalariado. Analisa a diferença entre a formação das sociedades escravismo, feudalismo e capitalismo, considerando que na última a divisão de classe se objetiva no e pelo trabalho e não aparece como um dado de realidade.

A alienação tem seus alicerces na forma de organização da produção e se manifesta no ato da produção, no trabalho, sob diversos aspectos, sendo ocultado na sociedade capitalista por não examinar a relação direta entre o trabalhador (trabalho) e a produção (MARX, 1978), onde aparentemente as relações sociais aparecem como relações entre coisas.

Dessa maneira, primeiramente iremos analisar de que modo o trabalho é um fator positivo para a estruturação dos homens e dos grupos sociais, através de um resgate dos fundamentos da ontologia social.

2. Trabalho e alienação

2.1 - Trabalho: atividade ontocriativa do ser humano

Iniciemos, então, com a positividade do trabalho, que se encontra em seu sentido ontológico. O trabalho é a forma fundante do ser social, forma primeira ou protoforma da atividade humana, da práxis (MARX, 1983).

Nesse sentido, o trabalho se torna humano através da atividade de intercâmbio entre o homem e a natureza, no qual ele a transforma de acordo com as suas necessidades e, simultaneamente, ele também se transforma. O trabalho imprime forma útil à vida humana, na medida em que atua modificando a natureza externa, submetendo-a ao seu domínio.

As bases da compreensão da ontologia social marxiana apresentam o trabalho na especificidade do ser social (LUKÁCS, 1978). De tal modo, o trabalho não é reconstituído somente como antagonista do capital, mas como agente soberano criativo do processo contínuo de humanização do ser social.

Conforme o autor George Lukács (1978, p. 4-5), o homem torna-se um ser que dá respostas na medida em que transformam em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los – uma inquietude, ao considerar que a resposta e a pergunta são produtos imediatos da consciência que a atividade guia.

O trabalho é também uma atividade essencialmente humana, devido ao fato de que ele é dotado de teleologia – como uma particularidade do ser social, um modo de pôr uma consciência. (idem). É um projeto que é previamente planejado de modo intencional pela mente do homem,

como ser da práxis, visando uma determinada finalidade. Esse é o fator que diferencia o trabalho humano do trabalho de todos os outros animais: ele é intencional.

E neste caso, o homem como o mais frágil dos animais, necessita viver em sociedade, como um ato político. A convivência entre grupos cria normas pelas diferenças e quando cria normas é obrigado a se comunicar através da linguagem. O homem aqui é compreendido como um ser social, onde produz a sua vida.

Karl Marx afirma, na sua obra, que a constituição do ser social o relaciona diretamente ao trabalho. O trabalho torna o homem um ser social, aquele que através da produção e reprodução diferencia os homens dos animais, permitindo que o homem seja social.

Os homens através do trabalho constroem laços que estão presentes na reprodução da sua própria existência, sendo que parte importante da sua vida social depende do ato laborativo. O trabalho, nestes termos, é uma forma de existência exclusivamente humana.

O trabalho humano, diferenciado do animal pela capacidade intelectual, projeta sua existência e pode modificá-la através da criação, recriação da transformação sobre a natureza. A ação transformadora, pela consciência do trabalho, modifica então a própria existência humana.

Neste sentido, o trabalho é um direito e um dever ao mesmo tempo. E se é através do trabalho que o gênero humano produz a sua existência, é através dele que pode projetar alternativa e tomar decisões. O poder de optar dos homens provém do trabalho com uma atividade de autocriação, manifestado diante das necessidades.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como uma forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p. 149).

Karel Kosik reafirma Marx, quando define a especificidade humana, dizendo que “todo homem é permeado pelo trabalho na produção de sua existência”. Portanto, ganha uma dimensão da vida humana

como uma atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos, ao mesmo tempo, que responde também às necessidades das diversas dimensões da vida – intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. (KOSIK, 1986, p. 170-175).

A forma é exclusivamente humana, na medida em que a ação transformadora vincula a possibilidade do homem idealizar o trabalho antes de se tornar concreto como um ser da práxis visando uma determinada finalidade.

É na transformação da natureza - como um ser que procura respostas às necessidades - que o homem, isto é, o animal tornado em homem, assume sua especificidade. (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Assume, então, um *caráter teleológico* uma vez que o seu resultado já existia de forma ideal na mente do homem antes mesmo da concretização do processo de trabalho (grifo nosso). “O homem possui, previamente, em sua consciência, o resultado de seu trabalho, o produto” (LUKÁCS, 1978, p. 05). O autor chama atenção para o papel da consciência como decisivo na delimitação entre o ser da natureza orgânica e o ser social.

Como categoria fundamental da existência humana, diz o autor, o trabalho é presença ativa do homem onde imprime a sua marca no mundo. Transforma, transformando-se, expandindo os seus horizontes, ampliando o seu espaço, transcendendo a sua força e o seu próprio ser. É manifestação de vida, é afirmação, é criação, expressão de si, é liberdade.

É o trabalho que nos identifica como sujeitos capazes de pensar, fazer e criar relação com a natureza e com os outros homens com quem produzimos nossa existência, construímos possibilidades infinitas de humanização da natureza em eterno devir e, ao mesmo tempo, fazemo-nos homens.

Esse é o fator que diferencia o trabalho humano da ação de todos os outros animais: ele é intencional. Marx nos elucida ao tratar do trabalho, não pelas primeiras formas instintivas, animais de trabalho, mas como algo exclusivamente humano, pois diferente do animal pressupõe-se que o resultado do trabalho já existia na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente.

O trabalho, pondera Lukács (1978), imprime no elemento natural seu próprio fim, claramente conhecido, o qual constitui a lei determinante do seu modo de agir e ao qual tem de subordinar a sua vontade. Desse modo, é enunciada a categoria ontológica central do trabalho onde, através dele, realize-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetivação.

Assim, podemos depreender que o trabalho torna-se “modelo” de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações, às vezes muito complexas, sempre são transformadas em reais posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais.

A tradição marxista acena-nos que as diversas dimensões da vida circunscrevem o trabalho no campo da *necessidade e da liberdade*, sendo ambas inseparáveis.

A esfera da necessidade refere-se ao dispêndio de tempo e de energia física e mental do ser humano, mediato pela criação e recriação, para responder as demandas das necessidades básicas de reprodução biológica e preservação da vida num determinado tempo histórico. A liberdade está voltada para a capacidade do ser humano da escolha, prazer e criação. A liberdade surge no cumprimento da necessidade e ambas, mantém uma relação historicamente condicionada e variável. (LUKÁCS, 1978, p. 188).

Neste contexto produtivo o homem não pode viver sem o trabalho. Está implícito na relação entre o ser humano e a natureza, para manter a vida humana, o sentido de propriedade, no seu sentido ontológico, como um direito do ser humano, em relação e acordo solidário com outros seres humanos, de apropriar-se, transformar, criar e recriar pelo trabalho, através do conhecimento, ciência e tecnologia. “O homem precisa continuar produzindo para criar o trabalho filosófico – como ser ontocriativo (cria a si mesmo) - e econômico – como valor de uso que vai atender as necessidades humanas”. (idem).

Para Marx, o trabalho na ontologia do ser social, “confere como um processo de trabalho que participam o homem e a natureza, na qual o homem tem a capacidade de colocar as necessidades e criar, defrontando-se com a natureza pela força do trabalho. Não desvincula o trabalho manual do intelectual – tudo é força de trabalho, na medida em que a coloca em ação para atender as suas necessidades”. (MARX, 1983, p. 154).

Portanto, a positividade do trabalho o revela como uma atividade que funda o homem como ser social, que é calcada no princípio da criatividade. Nesse sentido, podemos perceber sua dimensão qualitativa, que se distingue pela habilidade que é própria e inerente a toda e qualquer produção de bens socialmente úteis, realizada pelo homem.

Contudo, a construção realizada por um homem é resultado da objetividade de sua subjetividade e também é determinada pelas relações sociais às quais ele é constantemente submetido. Desta forma, através do trabalho, os homens vão produzindo historicamente a sua existência e suas relações sociais. Essa é a positividade do trabalho humano criativo.

Todos nós, seres humanos, temos que produzir bens úteis para a existência humana (FRIGOTTO, 2006a). Nestes termos, o trabalho está no mundo das necessidades – aquilo que não se pode escolher, mas que, historicamente, vai tendo uma conformação diferenciada. O trabalho como criador de valor de uso. As necessidades humanas, assim, são historicamente sociais.

Então, a ação transformadora do homem sobre a natureza passa por um valor – valor de uso – enquanto atividade produtiva útil. Tem valor de uso porque tem trabalho humano e se realiza no uso ou no consumo. Marx, ao iniciar a obra *O Capital*, preocupado com a forma de organização da sociedade capitalista, apresenta dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor no modo de produção capitalista. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. (MARX, 1983, p. 45).

A realização da produção de mercadorias está condicionada, nestes termos, a duas condições necessárias a sua existência: a divisão social do trabalho (o trabalho de algum modo fragmentado entre diferentes homens ou grupo de homens) e a propriedade privada dos meios de produção (a venda e compra de uma mercadoria está subjulgado ao seu dono e, para tanto, os meios com os quais produziu pertencam a ele).

Com ambas se é possível a produção mercantil simples, surgido sob o escravismo e desenvolvido no feudalismo. Entretanto, a produção mercantil simples no século XVIII viu-se deslocada pela produção mercantil capitalista, embora tenha não seja a mais relevante, se conserva até os dias atuais.

As bases de ambas são as mesmas, contudo, na produção mercantil capitalista a propriedade não cabe ao produtor direto, mas ao capitalista (ao burguês). O trabalho pessoal do proprietário fica encoberto: o capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha. Esta forma, portanto, assenta-se na exploração da força de trabalho que o capitalista compra mediante o salário. É nesta esfera que discutiremos o fator de negação da potencialidade humana.

Outras formulações positivas de trabalho poderíamos citar, mas essa não é certamente a idéia comum que temos de trabalho, frente à realidade concreta da existência humana da força viva produtiva. Em seu caráter contraditório, o trabalho é, simultaneamente, afirmação-negação, criação-destruição, libertação-servidão, marcada pela expropriação da força de trabalho, acúmulo de riquezas, um processo de alienação cada vez mais perverso e destrutivo do valor humano.

Prosseguiremos, então, com o trabalho como fator de negação da potencialidade humana, na contraposição ao pensamento burguês. “Tradição que buscou apresentar a economia capitalista como consubstancial à natureza humana precisamente por ser harmônica, por si mesma apta a estabelecer o estado de equilíbrio mais conveniente aos interesses supostamente gerais da sociedade”. (GORENDER, 1983, p. XXXV).

2.2 - O trabalho assalariado: fator de negação da potencialidade humana

O processo histórico de acumulação de capital⁴ foi, desde o início, marcado pela violência e uso da força. Extorquidos de seus meios de vida e de trabalho (terra e instrumentos de trabalho) os homens são obrigados a trabalhar para o capital, vendendo o único “bem” que lhes resta - a sua força viva de trabalho.

A lei do valor, já constituída no valor de troca que conduz o dinheiro, construído historicamente e não naturalmente como os economistas políticos clássicos querem mencionar foi explicitada por Marx. Ressaltou por meio de demonstração dialética que a circulação monetária é pressuposto primário, entretanto não se constitui o motivo do modo de produção capitalista. Insiste em confirmar que “o capital comercial e o capital de empréstimo aparecem nas formações sociais anteriores ao capitalismo e nelas representam as modalidades exponenciais do capital” e que, portanto, não haviam dominado, ainda, o processo de produção. “Somente com o capital industrial, que atua no processo de criação do sobreproduto mediante a exploração de trabalhadores assalariados, é que se constitui o modo de produção capitalista. (GORENDER, 1983, p. XXXVII).

O trabalho acumulado, já anunciado por Ricardo para definir o capital, revela-se como coisa. No mercado, a mercadoria ao efetuar uma inversão supõe que as relações sociais, relações entre os homens, aparecem como relações entre coisas. Para que “o trabalho acumulado nos bens de produção assumam a função de capital é preciso que se converta em instrumento de exploração do trabalho assalariado” “[...] Ao invés de coisa, o capital é relação social, relação de exploração dos operários pelos capitalistas”. (GORENDER, 1983, p. XXXVII). Com esta revelação, a teoria marxiana descortina o *fetichismo* da mercadoria e do capital.

Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplia no fetichismo do capital. (idem).

Nas relações de produção o trabalhador produz algo estranho, que não é seu, que ele não pode possuir e produzir para o detentor dos meios de produção. Trata-se da alienação do trabalhador em seu produto. Marx (1844) salienta, ainda, que a alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas

⁴ Aqui nos referimos ao momento historicamente determinado da acumulação primitiva que se operou do final do século XV até meados do século XVIII, num ciclo que Marx denominou de “pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio”. A sua forma foi propiciada por “duas espécies distintas de possuidores de mercadorias: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto vendedores de trabalho”. (MARX, 1983, p. 174-175).

ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil.

O autor complementa a reflexão sobre o caráter negativo do trabalho ao abordar a perda do homem como espécie, como gênero humano. Na medida em que há uma alienação do homem em relação à natureza, e a si próprio, há a alienação do homem em relação ao gênero, que faz da vida do gênero um meio de vida individual. O trabalho alienado faz do ser genérico do homem, tanto da natureza como de suas faculdades espirituais genéricas, um ser alheio para ele.

Outro aspecto é do homem em relação a si mesmo. Há um processo de perversão da relação com o trabalho que deixa de ser a necessidade vital, o que constrói o sentido da vida, passa a ser o que rompe o próprio indivíduo. O homem alienado do seu ser genérico significa, nestes termos, que um homem está alienado do outro homem, tal como cada um deles da essência humana.

O trabalho alienado em Marx torna-se complexo por envolver várias dimensões: a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, com o trabalho em si, a relação com o ser genérico, com o outro trabalhador e finalmente consigo mesmo. Isto é, por apontar a forma social na sociedade mercantil. É própria da produção mercantil que o trabalho, que é sempre trabalho social, tenha ocultado essa sua característica elementar. “À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. (MARX, 1983, p. 70).

Nesta perspectiva societária, a autora Marilda Iamamoto explicita Marx quando trata de mercadoria como o caráter predominante e determinante dos produtos e da sociedade onde o próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias:

trabalhador ‘livre’ que vende a sua força de trabalho - ou uma medida determinada de seu tempo de vida. Seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral. Assim, os agentes principais dessa sociedade – o capitalista e o trabalhador assalariado – aparecem como *personificações do capital e do trabalho*. (Iamamoto, 2004, p. 13, grifos da autora).

Marx (1983), na discussão da relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, argumenta que a desvalorização do mundo humano aumenta à medida que aumenta na proporção direta a valorização do mundo das coisas. Esse processo implica numa distorção, historicamente necessária, à qual chamou de “objetivação”: o homem se torna objeto do seu próprio trabalho, ao objetivar sua atividade se objetiva, torna-se inferior e escravo do objeto. A objetivação do trabalho

está presente na consciência do homem materializando-se na sua própria concretização. O trabalho é a objetivação de um projeto presente nas fronteiras das idéias humanas.

Como trabalhador “livre”, o homem vende a sua força de trabalho como mercadoria que o capitalista compra, em troca de um salário. Essa relação de troca, embora suponha uma relação contratual, em que um domina, e o outro, é dominado, aliena a sua força de trabalho e o seu ser como sujeito.

A atividade do trabalhador transformada em mercadoria, como meio de subsistência a que é compelido a se submeter, é a única forma de sobrevivência - já que não é proprietário dos meios de produção, uma vez que não mais lhe pertence. Exterioriza-se de si como sujeito, pois não reconhece o produto de seu trabalho, sendo-lhe estranho, alheio.

Essa determinação histórica do trabalho, na sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção em que o trabalho do homem, alienado a outrem, faz do homem objeto de outro, um “ser para o outro” e não um sujeito, um “ser para si”. Segundo Marx (1983) é nesse sentido que o trabalho não pertence a seu ser, é externo a si. Portanto, o trabalhador não se afirma, se nega, não atinge sua energia física e espiritual, mortificando seu corpo e arruinando seu espírito.

Na sociedade capitalista, como sinalizamos anteriormente, os homens produzem historicamente sua existência através do trabalho. Entretanto, a mercadoria produzida pelo trabalhador tem interesses diferenciados, pois o homem proprietário do dinheiro acumulou riqueza e quer dessa riqueza criar capital, e o homem trabalhador, proprietário da força de trabalho, tem como única forma de mercadoria a venda de sua força de trabalho por um determinado tempo. (MARX, 2004).

Nesta sociedade, o homem proprietário do dinheiro constituído na classe dos proprietários dos meios de produção, ou seja, os capitalistas controlam a força produtiva, e a outra classe representada pelos possuidores apenas de sua força viva de trabalho são os proletários que produzem algo que não lhes pertencem.

Nesta lógica contraditória e alienante, o resultado final do trabalho não pertence ao trabalhador. O trabalho, então, passa a ter um caráter exterior ao do trabalhador. O vendedor da força viva de trabalho, como qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso – não pertence ao seu vendedor, mas ao possuidor de dinheiro que pagou o valor diário em forma de salário. Essa é, então, uma manifestação de alienação que atinge a consciência dos homens.

As classes sociais, assim conformadas pelo modo de produção capitalista, são convertidas socialmente em duas classes que numa *arena de disputas* entre projetos societários são informados por distintos interesses de classe, “acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais”. (IAMAMOTO, 2004, p. 10, grifos da autora).

Conforme Marx (1983), os economistas da Economia Política Clássica são incapazes de visualizar a natureza do valor de troca e os fetichismos que acompanham a forma social da riqueza, ficando cerceados na análise da ótica do valor de uso. Obscurecem as relações sociais que conduzem as “armadilhas da reificação⁵”, em outros termos “privilegiam os atributos das coisas materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam”. (IAMAMOTO, 2004, p.12).

Marx analisa o fetichismo da mercadoria no primeiro livro de *O Capital: crítica da economia política* (1983, cap. 1 e 4) desvelando a relação social entre os produtores na sociedade. Aos produtores, ela “se apresenta como uma relação social que existe não entre eles próprios”, mas aparece como uma relação entre coisas que se trocam entre si, uma relação material e não entre os produtores. (idem, p.71). É uma aparência das relações entre mercadorias como uma relação entre coisas. É uma expressão social do mundo das mercadorias, tratando de obscurecer o valor equivalente, o caráter social do trabalho humano.

Conseqüentemente o trabalhador não consegue se reconhecer enquanto sujeito do produto do seu trabalho, pois ele não decide nem mesmo sobre o que, como, para que e para quem produzir. Há um processo de constante apropriação do trabalho por outro. O trabalho já não pertence ao trabalhador, havendo uma perda de si mesmo. A tarefa executada pelo trabalhador não lhe faculta a satisfação intrínseca que lhe permitiria desenvolver plenamente as suas energias mentais e físicas, uma vez que o trabalho é imposto pela força das circunstâncias externas.

Estamos nos remetendo ao trabalho e a exploração da força viva produtiva como o fator de negação da potencialidade humana. É a relação onde a criatura passa a dominar o criador – e aparece numa relação invertida – caracterizado pelo fenômeno histórico da alienação. Basicamente, a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence.

⁵ A reificação é o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas. A reificação é considerada como um caso “especial” de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista. Em outras palavras, “o fenômeno reificação (em latim, res = coisa; reificação, pois, é sinônimo de coisificação) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica da alienação (mas, não a única) engendrada no modo de produção capitalista” (BOTTOMORE, 2001, p. 314).

Ora, isto posto, a problematização da dimensão e centralidade do trabalho como condição explicativa da sociedade capitalista demonstra ser fundamental para os debates sobre a sociedade capitalista contemporânea. Acreditamos que as afirmações referentes ao fim da centralidade do trabalho não conseguem perceber os complexos processos sociais aos quais estamos inseridos. Uns com aparência de novos, e outros nem tanto.

3. A questão social na sociabilidade burguesa do século XXI

Conforme sustentado por Marx (1983) e sinalizado por Netto (2001 e 2004) e Iamamoto (2004, e 2008) a constituição de uma superpopulação relativa e a pobreza é particular a existência do modo de produção e da riqueza. Karl Marx (1983, p.748) ao trazer a Lei Geral da Acumulação Capitalista, absoluta da acumulação capitalista ressalva que

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu renascimento, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, (...), o pauperismo.

A “questão social” surge, então, a partir da preocupação de um determinado setor da sociedade que via na pobreza acentuada e generalizada no pauperismo. Com o processo de industrialização, da “nova organização do trabalho”, da “nova ordem”, o risco ou a “ameaça de fratura” das instituições sociais existentes visava o ingresso da classe operária no cenário político. (IAMAMOTO, 2004, p. 11). “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’”. (NETTO, 2004, p. 43).

Reafirmando, “nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria” (MARX, 1983, p.749) e Marx ainda observa que: “O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior”. (idem).

A autora Iamamoto (2004, p.10) diz que a “questão social” “enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o

anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. Apreende-se que a produção e reprodução da “questão social” assumem na contemporaneidade **expressões** historicamente particulares. (grifo nosso) Para a autora, o enfrentamento dessas novas expressões da “questão social” requer:

A prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública (IAMAMOTO, 2004, p. 10-11).

Na defesa dos autores sobre a “nova questão social” entram em cena os “novos sujeitos”, “novos usuários” que apresentariam “novas necessidades” como produtos das transformações da sociedade como citamos acima. Nesta direção, o pressuposto desses defensores inclui a necessidade de redefinir os modos de regulação econômica e social por visualizarem uma ruptura com a velha “questão social” originária do século XIX. Concluem, com esta premissa, que o Estado deve responder de forma inovadora ao investir em formas diferenciadas de Estado que não estejam comprometidas com as formas de regulação social como no modelo de welfare state (Estado de Bem Estar Social) nos “Trinta Anos Gloriosos” (1940-1970).

Para o pensador francês Rosanvallon (1997) o surgimento da “nova questão social” estaria diretamente relacionado ao crescimento vertiginoso do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza (nova pobreza, nova exclusão social, etc) que alavanca a partir dos anos 1990 (considerado por estes autores como período pós-industrial).

Supõem serem fenômenos que não reportam as antigas categorias de exploração, portanto necessitam serem atualizados uma vez que não devem ser pensadas mais na mesma configuração de risco coletivo e de solidariedade como antes.

Com este novo legado, estaríamos vivenciando uma crise de ordem filosófica que põe em dúvida o princípio de solidariedade e a concepção de direitos sociais pautados no Estado-Providência.

Diferencialmente de Rosanvallon que se desloca da centralidade do trabalho, o pensador francês contemporâneo Castel ao invés de insistir nas diferenças entre o velho e o novo na “questão social” preocupa-se com as evidências das novidades em torno da “questão social” na contemporaneidade. Castel procura demonstrar a inexistência de tal separação dualista.

Para o autor a sociedade salarial, como elemento central da precarização, alimenta, sem limite, a vulnerabilidade social contribuindo, ao mesmo tempo, com a ampliação do processo de desfiliação. Enxergando a precarização como o fundamento dos principais riscos na contemporaneidade, coloca a desestabilização dos estáveis como o principal problema da sociedade capitalista.

A ele interessa “analisar o que há de diferente e de comum nas heterogêneas situações de vulnerabilidade social, desde o século XIV até chegar à sociedade do século XIX” (PASTORINI, 2010, p 68). A partir então, Castel se preocupará com a sociedade salarial e o surgimento do pauperismo como um estado novo provocado, não pela falta de trabalho, mas pela nova organização do próprio trabalho. “Ambos os autores entendem que os invalidados pela conjuntura (inúteis para o mundo, segundo Castel) e os novos pobres e excluídos (segundo Rosanvallon) não remetem mais à ‘antiga’ categoria de exploração”. (idem).

Estamos vivendo um momento em que as políticas públicas vêm sendo intensamente problematizadas como um problema de gerenciamento, de gestão social, na qual o “terceiro setor⁶” é aclamado como o protagonista deste cenário. Surge, sobretudo nas últimas duas décadas, uma espécie de “administrador” dos problemas expressos no caos das expressões da questão social.

Ao longo da década de 1990, difundiu-se no Brasil a perspectiva do chamado “terceiro setor”. (MONTAÑO, 2002; RAMOS, 2005). Nesta proposta, a interpretação governamental, dividiu-se a sociedade contemporânea em três esferas, autônomas e, em certo sentido, independentes: o Estado (primeiro setor), responsável pelas questões burocráticas e governamentais; o mercado (segundo setor), responsável pela esfera produtiva e gerencial do desenvolvimento; e o “terceiro setor” (equivalente ao termo sociedade civil), responsável por arcar com as questões às que não cabem nem o Estado e nem o mercado. É considerado um setor “não-governamental”, “não-lucrativo” e voltado ao desenvolvimento social.

Deu origem a uma ‘esfera pública não estatal’, constituída por organizações da sociedade civil de interesse público. No marco legal do terceiro setor no Brasil são incluídas entidades de natureza das mais variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública e privada).

Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais instituições filantrópicas, o voluntariado e as organizações não-governamentais (ONG’s): desde aquelas mais combativas que emergiram no

⁶ O autor Carlos Montañó (2002, p.16) emprega o termo “terceiro setor” sempre entre aspas, uma vez que o conceito é ligado a “visões segmentadoras”, o qual apresenta forte “funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital, particularmente no que se refere ao afastamento do Estado das suas responsabilidades de resposta às seqüelas da ‘questão social’, sendo, portanto, um conceito ideológico (como ‘falsa consciência’) portador da função de encobrir e desarticular o real”.

campo dos movimentos sociais como àquelas com filiações político-ideológicas, além da denominada “filantropia empresarial”. (IAMAMOTO, 2006, p.190).

Na concretização de uma “nova” sociabilidade o neoliberalismo, partindo da reestruturação capitalista e do enfrentamento da crise do capitalismo financeiro, no início dos anos 1970, o debate do terceiro setor ferve, “ora produzido no interior dos interesses do grande capital (seguindo os postulados neoliberais), ora seguido numa fração da esquerda resignada, mas de (eventual) “intenção progressista”, porém inteiramente funcional ao projeto neoliberal”. (MONTAÑO, 2002).

Nestes termos, Carlos Montaña examina que os autores que desfilam o golpe perverso sobre o terceiro setor agrupam em duas tendências: a tendência regressiva e a tendência de intenção progressista. (MONTAÑO, 2002, p. 60-87; 88-134).

Os discursos que pautam a tendência regressiva tentam afirmar-se a partir de Tocqueville de quem o autor demonstra o essencial do pensamento (idem, p. 63-76) e em Hayek cujo pensamento é também detalhado (idem, p. 76-87).

Com relação à tendência de intenção progressista, seus autores tentam se fundamentar, um tanto forçadamente em Gramsci, bem como em Habermas e num autor apresentado como teoricamente menor Rosanvallon. Evidencia em que sentido as forçadas interpretações do pensamento Gramsciano são tomadas a fim de produzir uma incorreta identificação do terceiro setor com o conceito de “sociedade civil” produzido pelo italiano.

Se o “terceiro setor” representa um mal para a sociedade civil concreta, depositária de direitos que cabem ao Estado suprir, este pelo modo como se tenta se afastar política e legalmente dessas responsabilidades, reinaugurando por meio das ONGs o mais ultrapassado assistencialismo. Com isso traz inflexões perversas no caso do Brasil, contra-reformistas neoliberais patrocinadas pelo Estado.

Uma parcela coadunada com os interesses do capital da sociedade mundial e, em particular, da sociedade brasileira, nos últimos anos vem atribuindo funções salvacionistas a um conjunto (em constante crescimento) de entidades. A maioria incluindo parcela significativa de profissionais da academia, carregando sem crítica a idéia, explorando o voluntariado e contribui para a destruição das políticas de cidadania embasadas nos direitos sociais construídos pela luta humana nos últimos anos.

contrário ou alternativo ao “capital econômico”. Aqui aparece o conceito de “terceiro setor”. Para isso criam-se leis e incentivos para organizações sociais”, para a “filantropia empresarial”, para o serviço voluntário e outras atividades, e desenvolve-se uma relação de “parcerias” entre elas e o Estado. (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 41 e p. 240).

Trata-se de constituir as políticas públicas em serviços pontuais, fragmentados e direcionados para um público seletivo ou, melhor situando na lógica do capital, em mercadorias, ou ainda em caridades ‘público-privada’. Perde-se a lógica da universalidade, rasgando a Constituição Cidadã, e em seu lugar, imprime a focalização das políticas públicas. Uma **desuniversalização** desenfreada dos direitos sociais e de uma proposta de um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital (NETTO, 2005, grifo nosso).

Nesta desenfreada falácia da ideologia⁷ liberal, revestida do neoliberalismo⁸ às espreitas, o terceiro-setor oculta o poder do Estado como poder de classe e torna-se facilitadora para que a iniciativa histórica seja “deixada à sociedade civil e às diferentes forças que aí surgem”. O Estado, neste processo, manifesta-se como “um mero zelador da lealdade do jogo, das regras do jogo”. (GRAMSCI, 1930-1932, 2000b).

Seguindo esta idéia é na sociedade civil pela hegemonia burguesa onde ocorrem as relações econômicas e políticas que, acabam secundarizando o olhar sobre o público, no sentido de um projeto universalizante.

No neoliberalismo, as expressões da questão social e da política pública deixam de ser responsabilidade do Estado e passam a ser agora de auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de “necessidades”, e da ação filantrópica de organizações e indivíduos.

As ações realizadas por instituições do capital sobre a ‘questão social’ apresentam uma característica de intervenções restritas e de medidas focalizadas, uma vez que o modo de produção capitalista tem o limite da existência da propriedade privada e a extração de trabalho excedente (GRANEMANN, 2007, p. 59).

A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do

⁷ Ideologia para Gramsci é “toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem ajudar a resolver problemas imediatos e restritos” (GRAMSCI, 1999, p. 40). Como também, traz elementos combativos. Para o autor “são fatos reais que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio”. (idem, p. 193). Trataremos de forma mais apropriada, associado à categoria gramsciana de hegemonia no item 2.2.

⁸ No neoliberalismo há o incentivo do Estado máximo ao capital (não intervindo e não controlando os investimentos no mercado comercial internacional, no setor financeiro e promovendo privatizações das estatais) e Estado mínimo ao social (redução dos investimentos na área social; privatização dos serviços e bens sociais públicos; políticas sociais compensatórias, meritocráticas e focalizadas; “refilantropização” das políticas sociais e repasse das atribuições do Estado à sociedade civil). (ANDERSON, 1996; BEHRING, E. e BOSCHETTI, I, 2007; CHESNAIS, 1996 e LAURELL, 1998).

cidadão, e passa agora, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não-direito da população usuária de políticas sociais.

O pressuposto “é que na raiz da ‘questão social’, na atualidade, encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo”. (IAMAMOTO, 2008, p. 122).

A autora Granemann (2007, p. 64) apresenta duas direções simultâneas e conexas da política social que operam com a transmutação da proteção social. A primeira na direção da “mercantilização das políticas e dos direitos sociais em serviços privados”. A segunda, diz respeito à “redução padronizada dos sistemas de proteção social, antes operados por equipamentos sociais universais e atualmente como benefícios pauperizados mediados pelo cartão magnético, expressão monetarizada do direito”.

A autora Laurell (1998) reforça este argumento quando aponta que os serviços lucrativos estão a serviço do capital, sendo um facilitador da precarização e privatização das políticas sociais, marcadas na atualidade pela sua mercantilização. Na segunda direção, ganham um cunho de filantropização, chamado pela autora Yasbeck (2004) de “refilantropização das políticas sociais”, fazendo com que as seqüelas da “questão social” se tornem alvo de ações solidárias e da filantropia revistada.

Do ponto de vista da política social compartilhamos da idéia de que as políticas sociais não contribuem para a alteração das relações da vida da população por ser orgânico a produção ampliada do capital, mas, contraditoriamente, tensiona a superação do capitalismo, por estar relacionadas à luta de classe.

Se de todo, o tensionamento tem sido engolido pela produção ampliada do capital, como bem lembra a autora Marilda Iamamoto (2008, p. 121-122), os principais agentes do capital financeiro⁹ vêm se tornando o público de “investimento no social”, atuando na mercantilização e/ou na refilantropização das políticas sociais.

A mobilização da sociedade contra a fome e a miséria, incluindo aí os grupos industriais transnacionais e os investidores institucionais, embora tenha surgido, nos tempos de barbárie, desemprego estrutural e recuo dos movimentos sociais (de tipo específico) e sindicais é conformada por um caráter emergencial.

⁹ Marilda Iamamoto (2008) reconhece os principais agentes do capital financeiro como são “os *grupos industriais transnacionais e os investidores institucionais* – bancos, companhias de seguro, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos de pensão e fundos mútuos – que se tornam proprietários acionários das empresas e passam a atuar independentemente delas”.

Aplicam a força no imediatismo da “resolução dos problemas sociais”, desqualificando a essência destes problemas implícita ao modo de produção do capitalismo. Posto isto, a “resolução dos problemas” torna-se uma falácia travestida de única possibilidade no enfrentamento da pobreza, naturalizando a “questão social” e desqualificando a luta de classes.

Ao mesmo tempo, o espantoso crescimento da pobreza, dos componentes da força de trabalho ocupada e dos excedentes no mundo impõem, até mesmo para as agências do grande capital, a sua existência, tamanha sua extensão. A essência de sua existência deu-se, sobretudo por não terem se aptado nos direcionamentos do Consenso de Washington e serem carimbados no mundo globalizado. Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos.

O capital no furor da acumulação de riquezas desloca, portanto, como bem lembra o autor Carlos Montaña (2002) ao analisar o “terceiro setor”, responsabilidades do Estado e do capital para o “terceiro setor”.

Entretanto, contrariando a falácia dos intelectuais orgânicos do capital, não ocorre por motivos de eficiência, isto é, como se a iniciativa privada fosse naturalmente mais eficiente que o Estado; nem apenas por razões financeiras, mas, na essência, por motivação político-ideológico; considerando que o “capitalismo costuma ser pensado como uma ‘economia’ descarnada pelos próprios capitalistas que eliminam as relações sociais ou humanas, de seu horizonte de caçulo. (FONTES, 2009, p. 23-24).

Engendra-se, portanto, uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população e de “auto-ajuda” e “ajuda mútua” para seu enfrentamento; desonerando o capital de tais responsabilidades, e criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do ‘terceiro setor’, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

No Brasil, foi materializada pela “Reforma” do Estado com o Programa de ‘Publicização’ revertido à privatização das políticas sociais. O incentivo deste programa fez crescer quantitativamente e qualitativamente (ao profissionalizar as ações no social) o “terceiro setor”.

As ONG’S são organizações¹⁰ do “terceiro setor” que passaram a tomar para si as responsabilidades das ações sociais do Estado, disputando subsídios do governo e financiamentos

¹⁰ O autor Carlos Montaña (2002), induz a uma imagem ideológica de transferência de atividades, de uma esfera estatal “setor” supostamente mais ágil, eficiente, democrático e popular (a sociedade civil transmutada em “terceiro setor”. A desresponsabilização

de organismos internacionais com a função de ‘assegurar a paz’ no contexto de expansão da pobreza e aumento de produção de riquezas concentradas em poucas mãos.

Estas organizações profissionalizam a assistência social na perspectiva da exploração do voluntariado e acabam contribuindo para a destruição das políticas de cidadania embasadas nos direitos sociais.

É um pretenso substituto da sociedade civil. Desenvolvem ações que, em última instância, estão voltadas para destruir a sociedade civil, naquilo que se pode entender a partir do conceito de Gramsci, de que é construída pela ação política da população através da organização de base, que é a estruturadora do Estado por meio dos movimentos sociais, por exemplo.

Devemos, entretanto, com o cuidado de não tratar as organizações sociais de forma homogênea, recuperar que no atual contexto neoliberal evidencia-se uma variedade de organizações com composições diferenciadas internamente. Esta variedade de organizações sociais acaba por se contrapor aos avanços e às lutas sociais dos subalternos.

4. Considerações finais

Entendemos que a partir da perspectiva relacional que o método crítico dialético nos traz teremos o recurso para identificar os axiomas conservadores na contemporaneidade. Leia-se coerção social, coesão social, solidariedade, regras morais, laços morais, desagregação social, integração social, cooperação, consciência coletiva, autoridade, representações coletivas, anomia, entre outras.

Ocorre, ainda, outro elemento importante a ser destacado que expressa de um lado, a naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais como inevitáveis. De outro um retrocesso no dilatamento ideológico da responsabilidade individual como a possibilidade de mudança da realidade do coletivo, na qual pressupõe que a verdadeira mudança está no interior ou no comportamento do indivíduo.

Este elemento encontra-se no cerne da polêmica sobre a centralidade do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, vivenciada nas últimas décadas, versando sobre três visões que destacamos em seguida, entre outras.

estatal na questão social seria supostamente compensada pela ampliação de sistemas privados mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópicos-voluntários.

A particularidade do método na apreensão das expressões da “questão social” deslocada das políticas sociais de caráter universal vem sendo de forma invisibilizada nos principais argumentos do pensador francês Émile Durkheim e seguidores a partir do século XIX pelas reconhecidas regras do método sociológico que nasce à sombra das ciências naturais.

Durkheim, “com forte inspiração na tradição empirista de Bacon e no positivismo de Comte” na medida em que desenvolve sua teoria mediante a adoção de conceitos básicos de **coesão social, coerção, solidariedade, autoridade, representações coletivas** etc., está na realidade fundamentalmente preocupado com a manutenção da ordem social e do progresso. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 27, grifo nosso). Para o autor Carlos Sell (2009) a sociologia clássica trabalha com noções que buscam uma nova harmonia social e, portanto, é essencialmente conservadora.

Ao recuperar a fala excepcional de Durkheim expõe o positivismo como uma lei natural, ou seja, uma lei matematicamente confirmada quando Durkheim defende que

Outra fonte de Durkheim para formular o positivismo aproxima-se intimamente da economia política burguesa, a economia política clássica. Segundo Löwy (1991).

os economistas foram os primeiros a proclamar que as leis sociais são tão necessárias quanto as leis físicas. Segundo eles, é tão impossível a concorrência não nivelar pouco a pouco os preços, quanto é impossível aos corpos não cair seguindo a linha vertical. Se estender esse mesmo princípio a todos os fatos sociais, a sociologia está fundada. (DURKHEIM, 1978 apud LÖWY, 1991, p. 41).

Durkheim foi um homem que assistiu ao advento e à expansão do neocapitalismo, ou do capitalismo monopolista e não resistiu aos novos e marcantes acontecimentos políticos representados pela Primeira Guerra Mundial, com o aparecimento simultâneo tanto do socialismo na Rússia como da nova roupagem do neocapitalismo, representada pelo Estado de Bem-Estar Social.

Inaugurado com Comte e modernizado por Durkheim o positivismo francês atribui a gênese do desenvolvimento de um “paradigma” que tem na razão formalizadora o seu fundamento de determinação. (GUERRA, 2010, p.56).

A proposta metodológica durkheimiana, firmados no empirismo / funcionalismo é tratar os processos sociais como fatos sociais, isto é, como coisas ao apontar o reino social, com individualidade distinta dos reinos animal e mineral. “(...) segundo os princípios da análise

funcionalista, as ações e os pensamentos das pessoas ou as relações entre as ‘classes’ sociais são concebidos segundo as noções de totalidade sistêmica, causalidade funcional, estabilidade, mudança, etc”. (CIAVATTA, 2009, p. 65).

Com o suporte em Löwy (1991), podemos perceber que o positivismo é marcado por alguns princípios. Como hipótese principal, a sociedade humana é regulada por leis naturais ou por leis que tem todas as características das leis naturais, independente da vontade da ação humana, como lei totalmente objetiva.

Löwy (1991) destaca que embora saibamos que lei da concorrência e dos preços não se dê de forma tão direta, como uma lei natural, matematicamente confirmada, como apresentada pelo Durkheim, essa é a concepção da economia clássica que Durkheim vai aplicar reconhecendo a função conservadora do método. Na atualidade, pensar sobre a pobreza não implicaria mais no reconhecimento de uma pobreza residual. Esta remete à desproteção, a perda do trabalho, à dispensa dos trabalhadores que fez com que o tornasse vulnerável, em situação de risco e desintegrado ao sistema. Caracterizados pela perda do trabalho e isolamento social tornam-se “excluídos”.

Entretanto, a tarefa sociológica de análise não ficaria restrita à “exclusão”, mas “analisar esses ‘fatores’ que *precedem* a exclusão, para medir os riscos da fratura social: ver como funciona hoje a empresa, como se desfazem as solidariedades e se desagregam as proteções que asseguram a *inclusão* na sociedade”. (CASTEL, 2007, p. 24, grifos do autor).

Acrescenta, ainda, que o “pensamento da exclusão e a luta contra a “exclusão correspondem, assim, finalmente, a um tipo clássico de *focalização* da ação social: delimitar zonas de intervenção que podem dar lugar às atividades de reparação”. (idem, p. 29).

Castel nesta empreitada propõe medir o grau de coesão. Tem como ponto de partida a idéia de que “existe uma forte relação entre a integração pelo trabalho (emprego estável, emprego precário, expulsão do emprego) e a participação nas redes de solidariedade (inserção relacional forte, frágil ou isolamento). O recorte desses dois eixos circunscreve quatro zonas diferentes do espaço social: de integração, vulnerabilidade, desfiliação e assistência. O equilíbrio entre as diferentes zonas serviria como indicador para avaliar o nível de coesão social de uma dada sociedade. (CASTEL, 1993, p. 71).

O que estamos chamando a atenção aqui é que a “questão social”, compreendida como uma “disfunção social” e como uma “ameaça” à ordem e à coesão social, decompõe o caráter político da “questão social” em fragmentados fatores – pobreza, fome, desemprego.

Nesta condição são alimentadas, pontualmente, como políticas compensatórias. Esta fragmentação da “questão social” acaba por ocultar o caráter antagônico e conflituoso da relação capital-trabalho. “Enquanto uma ameaça à ordem e à coesão social provoca ações políticas mais intransigentes, como pontuou Anderson em relação ao neoliberalismo”. (MOTTA, 2007, p. 147).

O enunciado ao qual pressupomos sobre a fragmentação da questão social não é um dado recente na sociedade capitalista, considerando que desde a sua formação o caráter antagônico posto na luta de classes, ao mesmo tempo a oculta e renasce nos momentos que vai se instaurando as contradições da relação capital-trabalho na construção das políticas sociais. Historicamente as políticas sociais ao longo da disputa dos projetos societários adversos representaram semelhantes concepções de pobreza e de como intervir nela.

5. Referência Bibliográfica

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996, pp 9-37.

BOTTOMORE, Tom; LAURENCE HARRIS, V.G. Kiernan, RALPH MILIBAND, co-editores; (tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, v 2, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégias e estrutura para um novo Estado. In: _____; SPINK, Peter (Orgs.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão social, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. *Cadernos Saúde e Loucura*, 4. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY M., BÓGUS L. e YASBECK, M (org). *Desigualdade social. e a questão social*. 2 ed. rev. e ampliada, São Paulo: EDUC, 2007 a (p. 17-50).

ClAVATTA, Maria. Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPQ, Faperj, 2009.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

Fontes, Virgínia. Prefácio. In: MARTINS, André Silva. *A Direita para o Social: A Educação da sociabilidade do Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I, vol. I. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1983.

- _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/ RJ: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno do Cárcere. Vol. 3. Maquiavel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. In: *Revista Em Pauta*: nº 20, Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social - UERJ, julho 2007, p. 57- 68.
- GUERRA, Yolanda. Razão e modernidade. In: *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 8ª edição, 2010, p. 54-76.
- IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. In: *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 ed. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004 (p. 9-32).
- _____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico- Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006, p.161-196.
- _____. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. In: *Em pauta: teoria social e realidade contemporânea. Mundialização, Resistência e Cultura*– vol. 1, n. 21. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2008, p.117-139.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAURELL, Asa Cristina. Para um novo estado de bem-estar social na América latina. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, n. 45, 1998.
- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Para uma leitura do método em Karl Marx. Anotações sobre a “Introdução” de 1857. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. “Caderno do ICHF. Nº 30, Setembro de 1990.
- LÖWY, Michael. Ideologia. In: *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 1991, p. 11-32.
- LUCENA, Carlos. *A Humanidade, a Natureza e o Trabalho*. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p. 51 –63, dez. 2006*.
- LUKÁCS, George. *As bases ontológicas do pensamento da atividade do homem*. Temas e Ciências Humanas. UFMG. Biblioteca Universitária. Livraria Ed. Ciências Humanas Ltda: São Paulo, 1978.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica à economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.
- _____. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I, vol. I. São Paulo: Victor Civita, 1983.
- _____. *Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Centauro, 2004.

- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOTTA, Vânia C. *Da Ideologia do Capital Humano à Ideologia do Capital Social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo*. 2007. 379f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*, n 50. S. Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Cinco notas a propósito da questão social. In: *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 ed. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004 (p 9-32).
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4ª Ed. SP, Cortez, 2005.
- PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. Coleção questões da nossa época, v. 17, 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- ROSANVALLON, Pierre. *A crise do Estado-Providência*. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TAVARES, Maria Augusta e SOARES, Marco Antonio Tavares. O Trabalho em Pauta. In: *Em Pauta. Trabalho e Sujeitos Políticos*. N. 20, 2007, p. 17-32.
- YAZBEK, Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993
- _____. *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil*. *Temporalis*, n. 3. 2ª ed. Ano 2. Brasília: ABEPSS/Grafline, 2004.